

DO SONHO DE CABRAL À REALIDADE DE HOJE

Francisco Knopfli

É com genuína satisfação e profunda honra que vos dirijo estas palavras, na qualidade de representante de Portugal na Grande Terra Brasileira.

Pretendo, com elas, evocar história, experiências, emoções e esperanças que unem os nossos Povos e Nações desde a chegada de Cabral, no ano 1500, a Santa Cruz e se perpetuaram ao longo de meio milênio, cimentando forte e inabalável amizade que hoje se projeta no futuro, fundada na perenidade e no valor absoluto dos laços de sangue, língua, cultura e passado comuns.

Para sempre imortalizada na prosa simples mas plena de simbolismo de Pero Vaz de Caminha, a descoberta do Brasil enquadrou-se nos grandes movimentos de navegação que marcaram indelevelmente o curso da História do Homem a partir do século XV e em que Portugal, no parecer de tantos historiadores e estudiosos, desempenhou papel primordial, acima de qualquer outra potência.

Ao entrar, de definitivo, já no século subsquente, na grande Era dos Descobrimientos, Portugal virou-se para as costas africanas, a sul de Marrocos, para as rotas do Oriente e para o Atlântico Sul onde sobressaiu o descobrimento do Brasil.

Dispúnhamos então já da técnica e da ciência que nos havia ficado dos contatos anteriores com as potências marítimas mediterrânicas e das campanhas no norte da África, desenvolvidas e aperfeiçoadas com a clarividência das elites que então nos governavam, sob a égide da dinastia de Aviz, obedecendo a reconhecidas considerações de ordem econômica e geo-política. De tal forma que hoje a Gesta Portuguesa dos Descobrimientos é universalmente tida como um verdadeiro projeto nacional que deu corpo a um ímpar desígnio histórico.

Não foi assim a descoberta do Brasil obra do mero acaso.

Nem o aportar de Cabral a Santa Cruz foi fruto de um qualquer acidente de navegação como alguns já pretenderam, correspondendo antes a uma estratégia

clara e previamente definida de Portugal e a um conhecimento científico profundo no mundo da época. Aspectos que, aliás, foram determinantes, na negociação do Tratado de Tordesilhas em 1494.

Como também não foi a sua colonização fruto do destino. Procuraram, com efeito, os reis portugueses, nomeadamente a partir de D. João III, lançar as bases de uma verdadeira e efetiva organização territorial e administrativa das novas terras de Santa Cruz, da foz do Rio Amazonas, no atual Estado do Pará, até ao que hoje é o Estado de Santa Catarina.

Marcava, assim, Portugal, o sentido da ocupação definitiva do território, assente no sistema das capitanias hereditárias, já utilizado com êxito nas ilhas atlânticas: primeiro, atribuindo à iniciativa particular a posse e usufruto das terras, experiência que deixou sinais de sucesso, pelo menos, em S. Vicente, no litoral paulista, e em Pernambuco; depois, através de um regime de administração por delegação direta do monarca que inaugurou o sistema do Governo-Geral no Brasil, com sede inicial na Bahia, e que transitou depois para o Rio de Janeiro, já em 1763, época em que o titular da representação real passava então a ter o título de vice-rei.

Com um sistema de administração colonial bem implantado, cedo se desenharam, por parte dos governantes portugueses, os propósitos de desenvolver, promover e aproveitar as inúmeras riquezas que a terra brasileira guardava. Inaugurava-se o ciclo da cana-de-açúcar e da atividade dos engenhos. Já no século XVII o Brasil seria o primeiro produtor mundial de açúcar.

Durante o domínio de Portugal pela coroa dos Filipes ocupou o Brasil posição de importância e destaque no que alguns autores consideram ser a "atlantização da política externa de Portugal" (tendência compreensível, aliás, face às condicionantes geo-políticas então impostas a Portugal no contexto europeu) com o seu conseqüente afastamento das conexões e laços continentais.

Como regra de sobrevivência, Portugal privilegiou, naquele conturbado e difícil período da sua história, mais do que com a África, as relações com o Brasil, tornando mesmo dispersa e ocasional a frequência das grandes linhas de tráfego com o Mediterrâneo e o Mar do Norte onde a importância relativa da feitoria da Flandres ia progressivamente diminuindo, tendo até em conta a transferência, entretendo operada, do comércio das especiarias para Lisboa.

Não obstante a Restauração da Independência de Portugal, em 1640, ter assinalado, de fato, o seu "regresso à Europa" e o inevitável envolvimento nas contendas que opunham a Espanha e a Casa de Áustria à França e à Holanda, não nos restarão hoje dúvidas acerca da proeminência e relevo do papel desempenhado pelo Brasil, em momento particular da nossa história comum, no quadro da política externa portuguesa da época.

Evidenciavam-se então as principais coordenadas e linhas de força de uma diplomacia própria em que a vocação atlântica se afirmava, naturalmente, como traço caracterizador determinante e onde o Brasil era peça fundamental.

É ainda, por esta altura, que se começou a traçar, no Brasil, o primeiro esboço de uma consciência propriamente brasileira, de um amor e apego à terra que brancos, portugueses ou descendentes de portugueses, negros vindos da África e índios nativos indistintamente partilhavam e que então originou o movimento denominado *Insurreição Pernambucana*.

A revolta genuína dos locais contra a presença do invasor holandês que assolou o nordeste brasileiro durante o domínio espanhol em Portugal traduziria, por antecipação, essa natural capacidade de integração e adaptação de muitas raças e povos a uma terra que já então consideravam sua e que veio a constituir, porventura, nos planos antropológico e sociológico, uma das maiores riquezas do Brasil moderno.

Ficou o século XVIII assinalado por vários fatos integrantes do passado comum de portugueses e brasileiros, compondo um painel histórico rico de acontecimentos e que testemunham, uma vez mais, a importância do Brasil para Portugal, nomeadamente no quadro da sua história diplomática e da sua afirmação enquanto potência europeia.

São exemplos do que referi:

I – a descoberta do ouro (que assinalou o denominado “ciclo do ouro”, entre 1700 e 1770, durante o reinado de dois grandes monarcas da dinastia de Bragança — D. João V, o Magnífico, e D. José — e que em muito contribuiu para a magnificência, majestade e prestígio da corte portuguesa no contexto da política europeia e do relacionamento com as outras Casas Reais ao longo de quase toda a centúria em que nos situamos);

II – a assinatura do Tratado de Madri (que veio redisciplinar as fronteiras entre os impérios de Portugal e Espanha na América do Sul, recuperando os termos fundamentais de Tordesilhas e que teve impacto definitivo para a consolidação territorial e geográfica do Brasil);

III – a ação do Marquês de Pombal no Brasil (caracterizada por inúmeras iniciativas destinadas a reforçar as estruturas administrativas locais bem como da instrução pública, da lavoura, da indústria, da navegação, da arrecadação da Fazenda, da organização militar, no plano das reformas judiciais, da proteção dos seus confins territoriais e nas providências sociais); em todos domínios, como alguém já afirmou “o dedo gigante de Pombal ficou assinalado no Brasil”;

IV – ainda, o movimento emancipacionista denominado “*inconfidência mineira*”, em 1792, que teve como figura proeminente o alferes José Joaquim da Silva Xavier, o *Tiradentes*, conhecido na história brasileira como o protomártir da independência. A revolta dos conjurados de Minas Gerais foi então duramente reprimida mas não deixou de constituir sinal dos tempos que se avizinhavam e haveriam de trazer consigo, trinta anos depois, a Declaração de Independência do Brasil.

Cheio, pois, de significados e premonições o século XVIII para o devir da terra brasileira. Pleno de antecipações históricas que contribuiriam para o que haveria de ser o Brasil nas duas primeiras décadas da 19ª centúria e o projetariam para uma existência enquanto Grande Nação independente, de dimensão continental e fator geo-político incontornável na perspectiva da evolução do continente sul-americano.

Não nos antecipemos, contudo, ao livre fluir da história.

Em 1808, como conseqüência dos graves imperativos internacionais prevalentes na nova ordem européia e em que os desígnios expansionistas de Napoleão Bonaparte, dando corpo a uma concepção visionária e utópica de uma França Imperial, constituíam expressão mais evidente, determinou o Príncipe Regente de Portugal, D. João, a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. De 7 de março de 1808 até 26 de abril de 1821 seria aquela cidade a capital da monarquia portuguesa, fato de extraordinário significado para o futuro político do Brasil. Fácil é-nos hoje imaginar o incentivo e a projeção aqui verificadas com a instalação da Família Real e da máquina política e administrativa portuguesa implicando a transmigração de cerca de 15.000 pessoas e propiciando a criação de uma aristocracia e nobreza locais e de quadros superiores que haveriam de constituir as elites dirigentes da Nação.

O Brasil passou a ser sede de órgãos administrativos semelhantes aos de Portugal. O Corpo Diplomático tinha sede no Rio de Janeiro, de onde partiam as instruções para a representação portuguesa no Congresso de Viena, chefiada pelo Duque de Palmela. Foi instaurado o livre acesso à atividade industrial, criadas as escolas de medicina na Bahia e no Rio, a Academia Militar no Rio de Janeiro, o Banco do Brasil e o Jardim Botânico. Permitiu-se a entrada de estrangeiros, o que contribuiu para abrir o Brasil ao mundo e dotá-lo de um imenso capital humano que tão fundamental se revelaria para a construção da independência que estava próxima. Colocou o governo a tônica da sua ação nas atividades econômicas, financeiras e fazendárias com a abertura dos portos, a criação de uma cadeira de ciência econômica no Rio de Janeiro e a criação de uma Companhia de Seguros na Bahia.

Dos fatos e da história ressalta:

I – Uma vez mais, a clara vocação atlantista de Portugal no quadro da sua ação externa;

II – Ao mesmo tempo, a consolidação da estratégia dos nossos governantes em dotar o Brasil de sólidas estruturas de poder, culturais e de organização e estabilidade territorial que se revelariam fundamentais para a sua independência;

III – Por outro lado, a afirmação do Brasil como natural extensão geográfica de Portugal, enquanto sua projeção estratégica no Atlântico Sul, assente numa relação cujas componentes humana, sociológica, lingüística e cultural lhe atribuíam posição especialíssima no contexto do seu Império Colonial; quer em relação à África, onde só após a Conferência de Berlim houve a necessidade da

“ocupação efetiva” em virtude da falência da tese que ali defendemos dos “direitos históricos”, quer mesmo em relação ao Império do Oriente onde não pudemos manter intactas as nossas posições.

Significativamente, com a aclamação do Príncipe Regente como Rei, após a morte de D. Maria I, no Rio, em 20 de março de 1816, a Monarquia Portuguesa passa a denominar-se *Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves*. Na verdade, o Brasil deixava aqui de ser colônia, pois era já parte integrante do Reino.

O Brasil acedeu à independência em 1822 numa conjuntura internacional marcada pela fragmentação do Império Espanhol nas Américas e pelos ventos emancipacionistas que sopravam no que hoje é a América Central na esteira da Revolução Americana, da Revolução Francesa e do fenômeno napoleônico.

Foi, contudo, um processo diferente, já que não foi fruto de uma guerra como na América espanhola e singular, dados os particulares condicionalismos históricos que o rodearam, radicados na longa presença da Corte portuguesa no Brasil e nos laços entretanto aqui criados pela Família Real.

Sem dúvida, o processo de independência dentro do regime monárquico originado de Portugal foi fator de grande importância para a manutenção da unidade territorial do Brasil como Grande Nação soberana que hoje é.

Desde o reconhecimento da independência por Portugal, em 1825, até à segunda metade do século XX, e não obstante as vicissitudes por que passaram as relações entre as duas Pátrias irmãs, foi longo e fecundo o caminho percorrido.

Foi aquele assinalado pela transição dos respectivos regimes monárquicos para as experiências republicanas, pelas vivências dos totalitarismos que, hoje, homens de final do segundo milênio, vamos compreendendo à luz da história fecunda e de seus ensinamentos, pelos conflitos mundiais que abalaram a humanidade e caracterizaram dramaticamente o século que ora se presta a findar, pelo encontro esperado e desejado com os valores fundamentais e universais da Democracia e do Estado de Direito, no pleno respeito dos direitos do Homem e pela procura incessante de espaços naturais de inserção e integração política, econômica e social onde os dois Estados Soberanos pudessem projetar-se e para onde pudessem carrear o seu riquíssimo patrimônio de um humanismo universalista, sem renegarem o passado, as origens e a história.

Alcançada a maturidade dos regimes e a Democracia plena e após o labor da estruturação jurídica das suas relações bilaterais feito, todo ele, ao longo deste século, alcançamos patamares de entendimento, diálogo e relacionamento que, nunca será demais salientar, foram facilitados por *laços humanos enraizados numa verdadeira comunidade cultural e de afeto*.

Estes parecem agora propiciar, mais do que nunca, uma real *convergência luso-brasileira* em que as relações políticas e econômicas se apresentam já à altura das expectativas legítimas geradas pela especialíssima natureza dos laços que os unem.

Em particular, após 1995, em que, no plano político se reforçaram mecanismos de cooperação bilateral, com a periodicidade dada às *Cimeiras Governamentais* e o *processo regular de consultas políticas*, estas últimas permitindo a concentração de posições dos dois países em temas relevantes da agenda internacional. Por outro lado, são incontáveis as visitas de Estadistas, Ministros, Secretários de Estado e responsáveis do poder local de ambas as partes, bem reveladoras do interesse que Portugal e o Brasil suscitam nos dois lados do Atlântico.

A clarividência e vontades dos nossos governantes em impulsionar e redimensionar o relacionamento bilateral aos mais diversos níveis, de acordo com critérios mais modernos e inovadores, sob um adequado e bem estruturado enquadramento político, é também visível no plano econômico, financeiro e dos investimentos.

A convergência existente entre modelos de desenvolvimento econômico e social assente em grande medida no que agora se convencionou denominar “terceira via” (ponto de encontro e equilíbrio dos princípios da economia de mercado e das prioridades em matéria social) e de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Primeiro Ministro de Portugal, Eng^o António Guterres, são tidos e considerados como dos maiores e mais fiéis intérpretes a nível mundial, também contribuirá, em parte, para a aproximação verificada.

Por outro lado, a presença ativa de Portugal no processo de integração na Europa e o papel do Brasil no contexto do Mercosul têm facilitado o fluxo de investimentos de ambas as partes à procura de novos e mais promissores mercados. Em particular, sabe o Brasil que tem em Portugal, na União Européia, já hoje seu principal parceiro comercial, um aliado preferencial. Acresce, naturalmente, o indiscutível interesse de Portugal em levar para o União Européia o peso e o prestígio da sua relação com o Brasil.

Refira-se que a abertura do Brasil à economia internacional e o retomar do crescimento econômico têm chamado os investimentos portugueses para participar, de forma determinante e muito expressiva, no processo de desenvolvimento e reforço da economia brasileira.

Com efeito, podemos afirmar que as relações econômicas entre Portugal e o Brasil, num plano global, são hoje excelentes e atravessam uma fase de grande dinamismo.

Quer no âmbito das trocas comerciais, onde as exportações portuguesas para o Brasil atingiram US\$ 226 milhões em 1997, quer no plano dos investimentos brasileiros em Portugal, nomeadamente durante toda a década de 80, permitindo uma presença brasileira muito ativa, por exemplo, no domínio das grandes obras em infra-estruturas no meu país.

Mas é sobretudo na área dos investimentos diretos de capitais portugueses no Brasil que a transformação e a evolução do relacionamento é mais visível.

Estes investimentos distribuem-se fundamentalmente pelos setores dos cimentos, bancos, energia e telecomunicações e estão presentes praticamente em todo o território brasileiro. Capitais portugueses participam nos Bancos Itaú, Bandeirantes e Boavista-Inter-Atlântico; a Portugal Telecom, adquiriu, no mês passado, participações no processo de privatização da Telebrás num valor estimado em mais de US\$ 3 bilhões, concretizando o maior investimento já realizado por uma empresa portuguesa no estrangeiro; por outro lado, a CIMPOR-Cimentos de Portugal, comprou quatro fábricas brasileiras do setor totalizando um investimento de cerca de US\$ 500 milhões.

Estes são apenas alguns exemplos do vigor e expressão dos negócios que estamos a fazer em terra brasileira. Já em 1996, o montante de capitais portugueses no Brasil representou 30% do total de investimentos diretos externos portugueses nesse ano e prevê-se que o investimento acumulado de Portugal, para este ano, atinja valores superiores a US\$ 4,5 bilhões. Refira-se, por outro lado, que segundo dados do BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — Portugal é hoje o quinto maior investidor estrangeiro no Brasil.

Uma última palavra para referir ainda que ao interesse da relação bilateral e da relação entre espaços integrados juntam-se as relações com a África lusófona traduzidas na criação e afirmação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

São, pois, estes, alguns dos termos fundamentais de um processo histórico comum que nos levou, juntos, do sonho e da utopia de Cabral até à realidade hodierna, que nos projeta no futuro e que as grandiosas comemorações dos 500 Anos da Descoberta desta Grande Nação pretendem testemunhar perante o Mundo.

Continua a ser exato afirmar-se hoje que Portugal e o Brasil partilham uma herança cultural comum incluindo o passado histórico secular de unidade política. Se bem que a herança portuguesa no Brasil seja hoje apenas uma parte do acervo cultural geral que este integrou, verdade é que a identidade e unidade brasileiras têm matriz essencialmente portuguesa com base no grandioso painel étnico, rácico e comunitário a que o grande Gilberto Freyre se refere quando fala do *lusu-tropicalismo*, com a língua a ser fiadora das fronteiras, com a religião a dar forma à cultura e com a vivência da unidade política do Império a dar força à unidade política da República Federativa do Brasil.